

FHC abre cofre para cumprir ajuste fiscal

Lindauro Gomes/AE-25/5/99

Congresso terá apoio para aprovar medidas que permitam alcançar meta de superávit

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA – O governo vai abrir os cofres para articular o apoio necessário no Congresso e aprovar as medidas essenciais para o cumprimento do ajuste fiscal e o alcance das metas de superávit de R\$ 28,5 bilhões no ano que vem. As prioridades são a aprovação de medidas da reforma da Previdência e a proposta orçamentária para 2000. O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) anunciou ontem a liberação, a partir desta semana, de R\$ 300 milhões em emendas de parlamentares.

A pauta de votações no Congresso está obstruída e é de interesse do presidente Fernando Henrique Cardoso votar o mais rápido possível as medidas importantes, porém impopulares, como por exemplo, o aumento na alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e do adicional de quatro pontos percentuais na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), incluídas no Orçamento.

“Liberar as emendas é manter a credibilidade do governo; eles (os parlamentares aliados) têm de saber que podem confiar”, justificou Arthur Virgílio. “Para meu liderado acreditar em mim, é preciso que eu cumpra a palavra empenhada”, explicou. O líder defende a aprovação das propostas a despeito dos projetos eleitorais individuais dos parlamentares. “Se os candidatos a prefeito se

elegerem num País deficitário pagarão um preço maior do que aprovando a prorrogação da alíquota maior do imposto”, argumentou. “Mas é preciso deixar claro que esta não é a primeira liberação.”

Afago – “É natural”, comentou o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG), sobre a liberação dos recursos de emendas. “Existe isso desde que existe Congresso”, afirmou, explicando que a liberação só não ocorreu antes por causa do ajuste fiscal. O deputado informou que as emendas parlamentares individuais terão prioridade, mas não confirmou o valor de R\$ 300 milhões citado por Virgílio.

O líder do PT na Câmara, José Genoíno (SP), ironizou: “É um bombom para os deputados se divertirem”, afirmou. “A liberação é importante, porque cumpre o que o Orçamento

determinou”, rebateu o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE), negando que a abertura dos cofres seja uma manobra do governo para garantir o apoio dos aliados na votação de suas propostas. “Eu

me nego a aceitar que parlamentares vão votar uma medida porque sua emenda foi liberada ou não.”

Negociação – A polêmica, ontem, no Congresso, girava em torno de um eventual prejuízo da reforma tributária diante da decisão do governo de propor a prorrogação do Imposto de Renda e da CSLL fora do âmbito da comissão. Tanto líderes de oposição quanto os da base aliada reagiram mal à votação em separado de temas que consideram ligados à reforma.



Virgílio: ‘Liberar as emendas é manter credibilidade’

Aécio Neves acha que a solução seria encaminhar as prorrogações para o âmbito da comissão que discute a reforma tributária, desde que respeitado um prazo máximo de 60 dias para que o relatório sobre o assunto fique pronto e seja enviado para votação. Ele discutiu ontem o assunto o secretário-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira. Mas o deputado admite que ainda há resistência do Palácio do Planalto, que teme o não-cumprimento do prazo e prejuízo na composição de receitas da União.

Cobrança – “O ideal seria que o governo se empenhasse na reforma tributária e que as normas vindas isoladamente fossem incluídas na proposta de reforma, nas disposições transitórias”, opinou o presidente da Câmara, Michel Temer (PSDB-SP), pela manhã. Mais tarde, Temer sugeriu ao presidente da comissão da reforma tributária, deputado Germano Ri-

gotto (PMDB-RS), que as prorrogações de imposto e contribuição, além da manutenção de mecanismo similar ao Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), fossem enviados à comissão. Enquanto se discute o assunto a arrecadação dos impostos e contribuição continuaria ocorrendo normalmente.

“O governo apresentou propostas de receita e despesa; caso se corte a receita também vamos ter de cortar a despesa”, alegou o líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), explicando a necessidade de aprovar as prorrogações.

Apesar de dizer que o partido deverá aprovar as prorrogações propostas no orçamento, o líder do PFL se disse contra a votação isolada dos pontos. “Não seria bom fazer votação separada”, afirmou Inocêncio, sugerindo que se o governo insistir nessa decisão, o PFL defenderia a votação da reforma tributária também em partes.

“Isso só vai ajudar o governo”, acredita Genoíno. O líder do PT passou o dia ontem tentando mostrar que o plano plurianual definido pelo presidente Fernando Henrique no primeiro mandato não foi cumprido integralmente. “Vamos lutar contra a tentativa de governo de prorrogar impostos”, disse Genoíno.

■ Colaborou Liège Albuquerque

PAUTA DE
VOTAÇÕES
CONTINUA
OBSTRUÍDA